

Desafio do novo governo é gerar empregos...

Nos planos do novo governo está o aumento da arrecadação do IPTU

por Ivanir José Bortol e Beth Cataldo de Brasília

O futuro secretário de Fazenda do Distrito Federal, Wasny de Roure, do PT, defende a ampliação da cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Quem não paga, deve começar a fazê-lo. Quem já paga, deve passar a contribuir mais. Segundo ele, o IPTU representa hoje apenas 2% da arrecadação do governo do DF e mesmo com um bom aumento nessa proporção vai persistir o desequilíbrio das contas oficiais.

Essa manifestação de Roure foi feita durante debate realizado pela Gazeta Mercantil, com exclusividade para este Relatório Brasília. Participaram, além dele, o ex-secretário de Obras do GDF, José Roberto Arruda, agora senador eleito pelo PP; o economista Paulo Timm, que concorreu ao governo local pelo PDT; e o empresário Marcos Vinícius Souza Viana, diretor-superintendente da Encol em Brasília.

A principal conclusão desses debatedores, muito especiais no contexto político e econômico da cidade, é de que os maiores desafios do novo governador, o petista Cristóvam Buarque, serão criar empregos, ampliar os investimentos, equilibrar as contas públicas e rediscutir a relação de dependência financeira do GDF em relação ao governo federal.

O governador eleito irá receber como herança, segundo Roure, um passivo trabalhista elevado, além de um débito da construção do metrô de R\$ 250 milhões, que terá de ser pago a partir do próximo ano. Roure já antecipou a necessidade de buscar entendimentos para renegociar a dívida em decorrência das dificuldades financeiras. O autor do projeto, senador José Roberto Arruda, concorda com o próximo secretário da Fazenda e acha que os recursos do GDF são insuficientes para quitar a dívida no prazo de cinco anos, como foi financiado o Metrô.

Arruda defende maior repasse dos recursos da União para cobrir as necessidades de gastos da capital da República. Ele acha que a União poderia pagar uma espécie de "taxa de condomínio" pelos serviços que a administração do GDF presta ao governo federal. O economista Paulo Timm e o empresário Marcus Vinícius de Souza Viana, concordam com o diagnóstico e deixam claro, no debate, a força econômica do DF. A administração pública federal e a economia local vêm contribuindo para dar à população uma renda per capita/ano de cerca de R\$ 2,5 mil, uma das maiores do Brasil. Leia, a seguir, os principais trechos do debate:

GZM: Brasília poderá conseguir sua autonomia financeira ou terá que continuar dependendo dos repasses de custo da União que são feitos? Caso seja possível essa autonomia, como poderia ser feita?

WASNY DE ROURE: Sem dúvida que o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento produtivo, é um componente fundamental, principalmente se levarmos em conta o modelo tributário que se constituiu no País. Em função da pouca experiência da nossa primeira bancada, formulou-se uma Constituição bem como um modelo de transferências extremamente prejudicial ao DF. Temos hoje um débito em função de uma relação de dependência com a União. Eu entendo que essa é uma dependência artificial, na medida em que não se formaram vários questionamentos nesse processo.

PAULO TIMM: Nós notamos uma germinação muito curiosa do setor privado em Brasília. Eu costumo até comparar Brasília a Cuba, pois são dois produtos de um mesmo estilo político latino-americano, de uma mesma época em que, graças à liberdade de mercado, o impulso estatal inicial permitiu uma fermentação empresarial muito grande, para a qual contribuiu muito até o espírito nordestino. O nordestino tem uma vocação para o pequeno negócio, que faz com que aqui não precise se desenvolver uma cultura empresarial, pois ele já a traz de berço.

Mas, é importante qualificar um pouco esses debates, pois existe um problema que é a dependência fiscal do DF frente à União. Essa dependência fiscal hoje se traduz por uma necessidade de dois terços de recursos, por uma execução orçamentária que está na faixa de US\$ 2 bilhões e meio, e no ano que vem sobe a mais de US\$ 3 bilhões do orçamento global do DF. Então, estes dois terços, que são transferências, é o que se chama de dependência fiscal do Tesouro da União.

Muitas vezes se confunde isso com dependência econômica, no sentido de promover inclusive estratégias de autarquização maior da economia local, visando o aproveitamento da matéria-prima, um modelo substitutivo de importações, que seria preconizado em decorrência dessa dependência econômica. Isso é um outro fato que não tem absolutamente nada a ver, no curto prazo, com a questão fiscal. É uma estratégia eventual de desenvolvimento, como apontou o Arruda.

Existe ainda uma confusão que parece muitas vezes vinculada a isso, além da dependência fiscal, que é a dependência econômica. Os paulistas, sobretudo os empresários, traduzem mais ou menos tudo isso como uma cidade parassitária. Brasília, enfim, seria uma cidade que não tem razão de ser, independentemente de falar em números ou em produtos, é uma cidade economicamente débil e parassitária. É aí que reside de um grande engano, pois Brasília é uma cidade economicamente forte, com uma dinâmica de crescimento sustentado, como o deputado já afirmou.

JOSÉ ARRUDA: Eu concordo integralmente com o que o deputado disse e resumiria no seguinte: o governo federal não paga a Brasília a taxa de condomínio necessária para usar a cidade, como os deputados já afirmou.

GZM: Na visão do senador, é preciso que se desenvolva a autonomia de Brasília junto com o desenvolvimento



Os participantes da mesa-redonda com os jornalistas da Gazeta Mercantil

GZM: Como empresário, qual a sua opinião sobre essas questões?

MARCOS VINÍCIUS: Concordo com o que foi dito. Lembrando também que o potencial de Brasília é muito grande e tudo aquilo que nós conseguimos empreender aqui é sucesso, muito mais sucesso do que em qualquer outra praça em que atuamos – e nós atuamos em praças de todo o Brasil.

O próprio empresariado local precisa buscar o profissionalismo para trazer para Brasília tudo aquilo que a cidade tem como potencial. Seu potencial turístico é enorme. Nós temos aqui um lago maravilhoso e que não é explorado como ponto turístico. Brasília não tem uma bandeira internacional hoteleira, para trazer o segundo ponto de passagem pelo Brasil.

A própria capital deserta isso, independentemente de ser um polo nacional de desenvolvimento. O comércio não aproveita o tráfego no momento em que as pessoas estão se deslocando para trabalhar. A própria concepção de Brasília se distorceu ao longo do tempo, em função talvez de ter sido criada para ser o centro da administração pública do País e também para ser o polo de desenvolvimento de uma grande região, interiorizando o desenvolvimento do País.

GZM: A geração desses negócios em Brasília vem dos recursos públicos ou da iniciativa privada?

MARCOS VINÍCIUS: Está na iniciativa privada, independe dos recursos públicos. Os recursos viriam em função da infra-estrutura necessária ao longo do crescimento, do desenvolvimento. Essas coisas poderão vir juntas, mas independentemente do dinheiro público. A alavancas vai ser feita pela iniciativa privada.

GZM: O senhor poderia explicar qual o grau de dependência do DF dos recursos da União?

PAULO TIMM: Nós notamos uma germinação muito curiosa do setor privado em Brasília. Eu costumo até comparar Brasília a Cuba, pois são dois produtos de um mesmo estilo político latino-americano, de uma mesma época em que, graças à liberdade de mercado, o impulso estatal inicial permitiu uma fermentação empresarial muito grande, para a qual contribuiu muito até o espírito nordestino. O nordestino tem uma vocação para o pequeno negócio, que faz com que aqui não precise se desenvolver uma cultura empresarial, pois ele já a traz de berço.

Mas, é importante qualificar um pouco esses debates, pois existe um problema que é a dependência fiscal do DF frente à União. Essa dependência fiscal hoje se traduz por uma necessidade de dois terços de recursos, por uma execução orçamentária que está na faixa de US\$ 2 bilhões e meio, e no ano que vem sobe a mais de US\$ 3 bilhões do orçamento global do DF. Então, estes dois terços, que são transferências, é o que se chama de dependência fiscal do Tesouro da União.

Muitas vezes se confunde isso com dependência econômica, no sentido de promover inclusive estratégias de autarquização maior da economia local, visando o aproveitamento da matéria-prima, um modelo substitutivo de importações, que seria preconizado em decorrência dessa dependência econômica. Isso é um outro fato que não tem absolutamente nada a ver, no curto prazo, com a questão fiscal. É uma estratégia eventual de desenvolvimento, como apontou o Arruda.

Existe ainda uma confusão que parece muitas vezes vinculada a isso, além da dependência fiscal, que é a dependência econômica. Os paulistas, sobretudo os empresários, traduzem mais ou menos tudo isso como uma cidade parassitária. Brasília, enfim, seria uma cidade que não tem razão de ser, independentemente de falar em números ou em produtos, é uma cidade economicamente débil e parassitária. É aí que reside de um grande engano, pois Brasília é uma cidade economicamente forte, com uma dinâmica de crescimento sustentado, como o deputado já afirmou.

JOSÉ ARRUDA: Eu concordo integralmente com o que o deputado disse e resumiria no seguinte: o governo federal não paga a Brasília a taxa de condomínio necessária para usar a cidade, como o deputado já afirmou.

GZM: Na visão do senador, é preciso que se desenvolva a autonomia de Brasília junto com o desenvolvimento

da, claro, num primeiro momento, no setor público que alavancou o desenvolvimento da cidade e que a deixou hoje com uma participação de 2,5% do PIB nacional, o que dá a maior renda per capita do País. Por isso, os negócios dão certo em Brasília para a ENCL, porque há a maior renda per capita em termos de unidade da federação. Além disso, esta cidade teve um ritmo de crescimento muito intenso na década de 80, porque os programas de ajuste econômicos não incidiram sobre o Estado, permitindo uma folga na economia local enquanto a economia nacional se deprimiu.

No governo ao qual o nosso senador vai servir na sua bancada, nós podemos dizer muito bem que as fórmulas que serão adotadas para o bem do Brasil trarão o desastre para Brasília, porque terão no Estado a variável de ajuste e, portanto, um mecanismo de depressão no ritmo de crescimento da econo-

ma de deficitária para o conjunto da nação. Isso é uma situação que tem de ser corrigida até para a recuperação da nossa imagem perante a nação.

WASNY DE ROURE: Já que o Timm falou da questão do fundo, eu gostaria de mostrar uma outra visão, que naturalmente ainda está em processo de discussão. Há um grande receio nessa dimensão conceitual do fundo.

Primeiro, não só porque houve um conjunto grande de propostas de emendas constitucionais que variavam basicamente no percentual, mas que em síntese tinham um mérito só. Existem também uma preocupação porque o fundo não define o destino específico dos recursos.

Não sei se a melhor alternativa seria um projeto de lei que garantisse os compromissos da União com relação a essas três áreas que hoje são garantidas – como saúde, educação e segurança, que já estão constitucionalmente reservadas. Creio que esse não deve ser o tema. Essa discussão também deve estar relacionada a uma outra que o Timm levantou, sobre a questão conceitual fiscal e econômica, em que concordo plenamente com ele.

É importante resgatar essa discussão tributária, sobretudo dos impostos estaduais.

GZM: Há espaço hoje no DF para aumentar o IPTU ou o ICMS, para se fazer uma reforma tributária, visando aumentar os tributos e resolver esse problema fiscal?

WASNY DE ROURE: Eu creio que o IPTU – que hoje não chega a 2% da nossa receita tributária – precisa ter uma marca mais evidente da localização das residências, onde há setores em que proporcionalmente o tributo é fraco e há setores onde este tributo é forte. Há um outro componente que são os assentamentos, porque o modelo contratual, o contrato de concessão de uso real do imóvel, não delega ao morador a responsabilidade tributária ou seja, ele não paga IPTU.

Hoje você tem uma população, supostamente em torno de 400 mil habitantes, englobando Riacho Fundo, Sobradinho II, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria. Então, além do prejuízo econômico, há um problema que eu acho até mais grave que é a questão da cidadania, da co-responsabilidade com o Estado e com a sociedade como um todo, da ruptura no processo paternalista.

GZM: Então, se os recursos dos tributos são insuficientes, de onde podem vir os recursos?

ARRUDA: Aí eu colocaria os pontos específicos que foram tratados aqui pelo Timm e pelo Wasny. Primeiro, o fundo. O que eu chamo de taxa de condomínio, apesar de ser antipático ao resto da nação é necessário porque nós temos que manter a Esplanada dos Ministérios com luz acesa, com grama cortada, a cidade tem que ser bonita e tem que ter segurança. Numa capital do país, a escola tem de ser exemplar – inclusive para aqueles que trabalham como funcionários públicos – e a saúde tem de ser modelo. Isso tudo tem um custo e o país deve pagar esse custo e cobrar a sua aplicação.

PAULO TIMM: O nosso problema aqui, a curto prazo, para o que vem, é um problema de natureza fiscal, de compor – como todos os estados têm – um marco de auto-suficiência para a execução financeira do Tesouro do DF. Isso só é possível desde que se aprove o fundo de participação do DF, que é uma concessão especial derivada da condição de Brasília como capital da República e que nos coloca, no rateio do produto da arrecadação federal, uma participação suficiente para que nós tenhamos a dita auto-suficiência fiscal, em torno de US\$ 2 bilhões e pouco. Deve-se convencer o Congresso Nacional de que esse fato não retira recursos de nenhum estado da federação, apenas faz com que as negociações – que hoje são negociações voluntárias, dando uma falsa impressão de dependência passem a ser constitucionais e obrigatórias.

WASNY DE ROURE: Sim, se no ano que vem eles cumprirem a proposta orçamentária apresentada pelo GDF.

ARRUDA: Mas acredita-se que há um consenso na área econômica federal de que isso deve diminuir gradativamente.

O que não temos que fazer é o seguinte: a Brasília capital, que serve portanto a todos os brasilienses, custa um certo valor. A história estipulou que este custo deveria ser igual ao custo equivalente à saúde, educação e segurança e que a transferência, mas com relação à

falta de terrenos. Para a classe média não foi dada solução. Se não houver uma solução urgente para habitação da classe média de Brasília, aumentando assim os impostos, ela começará a invadir os assentamentos, formando uma série de favelas, como já está ocorrendo. A gente pode observar os condomínios, que são assentamentos feitos à revelia do governo, para a classe média, média-alta, e que não paga impostos. Deveriam ser regularizados também, a fim de aumentar a arrecadação do IPTU.

TIMM: Outra solução além do fundo – e isso seria uma lei ordinária, é redefinir os modos de rateio. Além de população, território e inverso de renda, colocar uma variável chamada de "variável estratégica", dando a esta variável uma tal pontuação que Brasília passe a ter uma participação média no FPE de 4%. A Bahia já tem 9% e nós temos 0,6%, que não dão. Eu só tenho medo de a tal taxa de condomínio ser uma coisa especial, até porque pode ter uma solução a nível dos critérios de rateio, por lei ordinária. Aí, resolve isso em 30 dias, sem a grande discussão do fundo, solucionando o assunto e nos colocando na situação de todas as unidades da Federação, que tiveram, pela Constituição, as providências para que tivessem auto-suficiência fiscal. O problema não é de natureza financeira ou econômica, é de natureza legal e institucional.

GZM: Como vejo o DF como unidade da Federação, e não como uma simples cidade, acho que ele tem que perseguir a sua autonomia econômica pelo bom caminho que é o da produção, da economia política.

AÍ eu levanto um assunto específico: existe um projeto já em tramitação no Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mundial quando levamos esse projeto era o doutor Paulo Renato, que será ministro – que prevê o desenvolvimento auto-sustentado da região Centro-Oeste. Isto seria conseguindo basicamente buscando recursos internacionais, bem a gosto do Banco Mundial – coincidentemente quem estava no Banco Mund

...ampliar investimentos e equilibrar contas públicas

(Continuação da página 4)

A primeira é a delimitação de território. Eu tenho até uma coisa muita curiosa para contar para vocês: o Quadrilhão Cruz, delimitado em 1891, determinou que a área estipulada para ser o DF tinha que ter 14,4 mil quilômetros quadrados. Durante um ano, foram tiradas as medidas daqui, observando os problemas de erosão, as águas, a terra de um território economicamente viável. Quando Juscelino desapropriou a área para fazer a capital, ele desapropriou apenas 5,8 mil quilômetros quadrados. Contam os historiadores que a diferença é que tinham muitos fazendeiros com voto na UDN e que era muito importante votar para se construir a capital. A construção de Brasília ganhou no Congresso por apenas dois votos, da UDN (União Democrática Nacional) de Goiás, porque a UDN do resto do País votou contra e o PSD sozinho não ganharia.

Com a diminuição de 14,4 mil para 5,8 mil, aconteceram coisas gravíssimas. O território ficou economicamente inviável e, em termos naturais, os grandes mananciais de água que nós temos hoje estão fora. Acreditamos que esses 5,8 mil quilômetros estavam cercados por uma muralha, igualzinha à da Idade Média, que nos proibia de fazer coisas.

Derribar essa muralha hipotética que existe é algo fundamental. Isso faz com que surjam hipóteses de atividades econômicas as mais impressionantes. Eu posso lhe dar um exemplo: apenas numa área, em frente ao Carrefour e o Parkshopping — numeração de metrô que pretende ser também estação de ônibus. É preciso que o resto do Brasil saiba que Brasília não tem uma estação de ônibus interestadual. Naquela área, admite-se que o governo poderia arrecadar US\$ 250 milhões, com as atividades econômicas. É uma área imensa que foi restituída — estava no domínio da Marinha e veio para o Distrito Federal. Isso, só para vocês terem uma idéia, paga toda a dívida do metrô de Brasília.

GZM: Eu gostaria que o senhor Wasny pudesse falar sobre esse tema que será de sua responsabilidade.

WASNY DE ROURE: Eu creio que a questão territorial é uma das questões mais polêmicas para os próximos dias, em Brasília, além da questão fiscal.

Eu apenas gostaria de adendar um elemento. Na minha concepção, um dos grandes equívocos no processo da política de assentamento foi o fato dela ter sido tratada de uma forma unilateral, tentando resolver o problema de um segmento da sociedade que não necessariamente estava delimitado. Creio que foi uma política arrojada, merecedora de inúmeros méritos. Mas um dos grandes equívocos foi o de não tratamento de uma política de desova dos estoques de terras públicas nas áreas urbanas, de forma sistemática e acessível à grande massa da população e, sobretudo, da classe média. Creio que esse foi um dos grandes entraves que proporcionou uma demanda artificial nos assentamentos pelas áreas. Não gostaria de me aprofundar nessa área mas, para mim, dentro da linha da indagação aqui levantada, a polêmica emergencial no DF é a geração de empregos dentro da sua linha.

Não podemos apenas tentar equacionar os problemas sociais sem tentar dar uma solução mais perene para o problema.

Uma das precondições é a formação do mercado consumidor.

O primeiro ponto que eu vejo é a questão das linhas de crédito, de uma política creditícia que fortaleça, principalmente, grandes investimentos ou até mesmo médios e pequenos investimentos no DF. Eu estava observando que nesse processo da campanha, ao dialogar com a população, uma das grandes demandas não era apenas o emprego. Era o emprego próximo de casa. Há uma expectativa de que esta geração de emprego ocorra do ponto de vista descentralizado.

Um dos grandes equívocos é que nós não atentamos para a geração de emprego em pequena escala econômica. Gostamos, no caso do investimento naquela indústria de Coca-Cola, fortunas do Fundo do Centro-Oeste, quando sabemos que a demanda de mão-de-obra para operacionalizar aquela empresa era mínima. Até porque a natureza da empresa é de alimentação não possibilidade um contato estreito por parte da massa dos trabalhadores. Rever esta questão, em especial o Fundo do Centro-Oeste e os recursos provenientes do FGTS, é necessário para que redimensionemos a política de emprego do DF. Uma das questões que Cristóvam está pontuando é tentar transformar

GZM: E para Brasília,

a Secretaria do Trabalho numa Secretaria do Emprego, para que possamos estimular mecanismos de geração de emprego dentro da nossa cidade?

ARRUDA: Covas acabou de fazer isso em São Paulo. Está nos jornais. Convocou o Borelli e mudou o nome da secretaria.

WASNY DE ROURE: Mas a linha de Cristóvam não é fazer drásticas mudanças na administração num primeiro momento. É ajustar gradativamente, até mesmo porque há um processo crescente na experiência de administração pública no DF. Essa é, pelo menos, a linha que ele aponta no modelo de administração.

Agora eu gostaria de abordar, ainda, a necessidade da revisão da política tributária e da política de ocupação do solo para o setor produtivo nesta cidade. Eu creio que são duas mudanças radicais que nós precisamos fazer, porque criamos um modelo essencialmente paternalista, sem uma co-responsabilidade. Vimos, sobretudo nestes últimos dois anos, freqüentes ocupações diárias provenientes de oficineiros, de pequenas indústrias, que eram uma forma de sensibilizar a cidade e o governo para o equacionamento no assentamento deles. Por isso, esta reformulação do DF será importante para nós.

Associada a essa questão existe uma outra, ainda que em pequena escala, mas que poderá trazer parte da solução de problemas para nós. Brasília, ainda que seja uma capital considerada das mais modernas do mundo, tem uma das políticas em matéria do tratamento do lixo das mais atrasadas, extremamente prejudicial, de desvalorização da cidade, e com um setor que tem um ônus para o erário público extremamente elevado. Se nós fizermos uma avaliação nesse setor no DF chegaríamos a algo calamitoso.

A política de lixo no DF,

WASNY DE ROURE: Eu acredito que não há essa dificuldade, ainda que tenha apondo tanto na campanha eleitoral. Não por aproximações pessoais de ambos, que é notório o seu relacionamento desde o período de exilados, mas como também na condição do intelectual. O PT, ele é uma concepção de formulação de uma política nova no País. Nós não pensamos apenas como governo do DF, mas como composição do Senado e da Câmara Federal.

O PT, sem dúvida, é uma referência hoje. A sua intervenção, o modelo de fazer política e o método de discussão são apreciados por todos, até para discordar. E, Cristóvam, nesse sentido eu concordo com o Arruda, e o próprio Vitor Buaiz, no Espírito Santo, demonstraram a capacidade de romper as fronteiras do partido. Também demonstraram a capacidade de fidelidade e referência na discussão política dos principais básicos do partido.

Vejo que na relação com Fernando Henrique vai existir uma relação baseada em projetos, em discussões que tenham a cidade como prioridade e não em seus relacionamentos pessoais ou eventuais divergências políticas. Concluindo, se pensarmos nesse sentido, nós podemos lembrar da manifestação explícita de apoio a Vitor Buaiz, como também do próprio engajamento do PT em Minas e em São Paulo, em ambas as candidaturas. Essa percepção não pode se dar de uma maneira muito linear ou de uma maneira muito pontual.

Entendo que Cristóvam, naturalmente, vai conduzir a problemática de Brasília, a nível da Presidência da República, entendendo que Brasília é um projeto maior do que PT, do que Cristóvam. É uma história de construção. Só que para nós, neste momento, a eleição de Cristóvam é muito mais do que uma vitória do PT. É um processo de ruptura no método de governar extremamente pernicioso, com a concepção de que você conquista direitos e tem responsabilidades, e não como transferência de benesses específicas.

GZM: Nós tivemos agora a segunda eleição direta no DF e os eleitores elegeram exatamente um governador do PT. O que significa isso, na sua opinião, para o futuro do Brasil e para história da cidade?

ARRUDA: Eu acho que para o Brasil representa uma coisa importante. Não sei se os analistas políticos se deram conta de que o fato do PT ter feito nessa eleição dois governadores é extremamente saudável para a democracia que todos nós queremos construir.

Não há partido político da expressão que o PT tem no Brasil, concorde-se ou não com ele, pense-se ou não que ele pode ter chances concretas de chegar a governos estaduais, ao governo federal até e administrar com suas vantagens e desvantagens. A partir daí o processo político terá saudável diversificação de idéias na organização da sociedade e este é um fato extremamente positivo.

O segundo fato — que é eu falo com algum cuidado porque é uma questão de economia interna do próprio PT, no caso de Brasília é muito concreto isso, mas no caso do Espírito Santo fica também mais ou menos claro — é que os governadores eleitos pelo PT se pessos que conseguiram romper uma determinada barreira do partido. Eles quebraram o antagonismo que grande parte da sociedade tem, ou de forma preconcebida, ou de forma ideológica, ou clara, ou não tem com o partido. Na verdade, eleger-se muito mais que um grupo de postulados de um partido.

GZM: Um governador do Distrito Federal sempre foi forte porque recebeu muito dinheiro do governo federal e tinha uma Câmara Legislativa que andava um pouco a reboque das políticas do governador. O sr. acha que

qual o significado de se ter um governador do PT, sendo Brasília a capital da República?

ARRUDA: Primeiro, como grande caixa de ressonância, é importante para a democracia brasileira. Há uma história interessante, mas essa não dá para analisar mesmo e poderia até parecer uma provocação o que eu vou dizer, só que não é, porque eu mesmo estou dizendo que é prematuro analisar. É a história política desse país, de um partido que nasceu do torneiro mecânico do ABC paulista e basicamente está se tornando o partido do funcionário público. As suas metas, se você le o conteúdo programático do PT, no caso de Brasília, são na sua maioria antagônicas aos ideais setoriais que fizeram com que o partido, em Brasília, crescesse mais do que em outros estados.

Eu queria mandar um recado aos empresários, eu acho que Brasília tem um campo grande para investimentos privados. Basta citar que todas cidades de 50 mil habitantes no Brasil têm a sua fábrica de macarrão. Nós importamos macarrão de 500 quilômetros de distância, ou seja, não produzimos nada dos nossos bens de consumo de primeira necessidade.

GZM: Dr. Wasny, o relacionamento entre Cristóvam e o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, pelo fato de eles serem de partidos diferentes, cria problemas e dificuldades na administração dessa capital?

WASNY DE ROURE: Eu acredito que não há essa dificuldade, ainda que tenha apondo tanto na campanha eleitoral. Não por aproximações pessoais de ambos, que é notório o seu relacionamento desde o período de exilados, mas como também na condição do intelectual. O PT, ele é uma concepção de formulação de uma política nova no País. Nós não pensamos apenas como governo do DF, mas como composição do Senado e da Câmara Federal.

O PT, sem dúvida, é uma referência hoje. A sua intervenção, o modelo de fazer política e o método de discussão são apreciados por todos, até para discordar. E, Cristóvam, nesse sentido eu concordo com o Arruda, e o próprio Vitor Buaiz, no Espírito Santo, demonstraram a capacidade de romper as fronteiras do partido. Também demonstraram a capacidade de fidelidade e referência na discussão política dos principais básicos do partido.

Vejo que na relação com Fernando Henrique vai existir uma relação baseada em projetos, em discussões que tenham a cidade como prioridade e não em seus relacionamentos pessoais ou eventuais divergências políticas. Concluindo, se pensarmos nesse sentido, nós podemos lembrar da manifestação explícita de apoio a Vitor Buaiz, como também do próprio engajamento do PT em Minas e em São Paulo, em ambas as candidaturas. Essa percepção não pode se dar de uma maneira muito linear ou de uma maneira muito pontual.

Entendo que Cristóvam, naturalmente, vai conduzir a problemática de Brasília, a nível da Presidência da República, entendendo que Brasília é um projeto maior do que PT, do que Cristóvam. É uma história de construção. Só que para nós, neste momento, a eleição de Cristóvam é muito mais do que uma vitória do PT. É um processo de ruptura no método de governar extremamente pernicioso, com a concepção de que você conquista direitos e tem responsabilidades, e não como transferência de benesses específicas.

GZM: A Câmara Legislativa é um instrumento fundamental para isso?

TIFFANY: A Câmara Legislativa é um instrumento fundamental que também tem que se qualificar, e não funcionou porque não teve estruturas de formulação técnica capazes de participar de um diálogo mais qualificado. Não é o parlamento em si que está qualificado para o debate. É ele devidamente instrumentalizado pelos sindicatos, associações de bairros e suas próprias assessorias.

A tendência dos deputados, quando não é empregar um parente, é empregar um cabo eleitoral. Nós temos que superar isto, que é parte de uma política tradicional.

GZM: A Câmara Distrital reproduziu exatamente estes mesmos vícios?

TIFFANY: Os mesmos vícios

ARRUDA: Mas tem pontos extremamente positivos, se nós a compararmos a outras Assembleias Legislativas. A Câmara Distrital aprovou o plano diretor do Distrito Federal. Brasília foi a única cidade a estabelecer o seu plano diretor discutido com a sociedade, com todos os partidos de governo e de oposição. Aprovou-se um bom plano diretor, que pode ter sido um marco fundamental para Brasília.

GZM: Arruda, considerando o que foi falado, você

isto muda no governo Cristóvam, por haver menos dependência de recursos federais, de ter um governador de esquerda e de ter uma Câmara Legislativa composta de Vereadores, tendo em vista o papel da Câmara Distrital, já criticado aqui?

ARRUDA: Sobre as relações institucionais da sociedade, eu confesso que Brasília ainda está mal resolvida institucionalmente.

Resolviu-se a parte política, sem resolver a parte econômica e definir muitas coisas. Não dá para falar em eleição nas cidades satélites sem tratar de um problema mais amplo, que eu acho que o deputado Wasny também já presenciou com muita propriedade. Numa das perguntas anteriores, ele disse que um dos problemas mais importantes a serem discutidos em Brasília é a sua questão territorial.

TIFFANY: Eu diria que o processo todo da eleição do Cris-

tovalm, por haver menos dependência de recursos federais, de ter um governador de esquerda e de ter uma Câmara Legislativa composta de Vereadores, tendo em vista o papel da Câmara Distrital, já criticado aqui?

ARRUDA: Sobre as relações institucionais da sociedade, eu confesso que Brasília ainda está mal resolvida institucionalmente.

Resolviu-se a parte política, sem resolver a parte econômica e definir muitas coisas. Não dá para falar em eleição nas cidades satélites sem tratar de um problema mais amplo, que eu acho que o deputado Wasny também já presenciou com muita propriedade. Numa das perguntas anteriores, ele disse que um dos problemas mais importantes a serem discutidos em Brasília é a sua questão territorial.

TIFFANY: Eu diria que o processo todo da eleição do Cris-

tovalm, por haver menos dependência de recursos federais, de ter um governador de esquerda e de ter uma Câmara Legislativa composta de Vereadores, tendo em vista o papel da Câmara Distrital, já criticado aqui?

ARRUDA: Sobre as relações institucionais da sociedade, eu confesso que Brasília ainda está mal resolvida institucionalmente.

Resolviu-se a parte política, sem resolver a parte econômica e definir muitas coisas. Não dá para falar em eleição nas cidades satélites sem tratar de um problema mais amplo, que eu acho que o deputado Wasny também já presenciou com muita propriedade. Numa das perguntas anteriores, ele disse que um dos problemas mais importantes a serem discutidos em Brasília é a sua questão territorial.

TIFFANY: Eu diria que o processo todo da eleição do Cris-

tovalm, por haver menos dependência de recursos federais, de ter um governador de esquerda e de ter uma Câmara Legislativa composta de Vereadores, tendo em vista o papel da Câmara Distrital, já criticado aqui?

ARRUDA: Sobre as relações institucionais da sociedade, eu confesso que Brasília ainda está mal resolvida institucionalmente.

Resolviu-se a parte política, sem resolver a parte econômica e definir muitas coisas. Não dá para falar em eleição nas cidades satélites sem tratar de um problema mais amplo, que eu acho que o deputado Wasny também já presenciou com muita propriedade. Numa das perguntas anteriores, ele disse que um dos problemas mais importantes a serem discutidos em Brasília é a sua questão territorial.

TIFFANY: Eu diria que o processo todo da eleição do Cris-

Jornal Nacional, será maior em notícias boas do que em notícias ruins.

GZM: Sr. Wasny, quais as suas preocupações com o imediato, com os passivos do GDF?

WASNY DE ROURE: Nós temos para os próximos orçamentos uma grande pre-

Paulo Timm

É uma cidade superavitária em suas relações com a União

cupação do ponto de vista de pessoal de encargos sociais. Em primeiro lugar, o gasto de pessoal teve um deslocamento de 54 para 67% do orçamento do Distrito Federal. Se não incluirmos os encargos sociais, esta cifra sobe de 64 para 74%. Onde está o centro disto? Há um crescimento significativo, sobretudo nos dois últimos anos deste governo, dos chamados cargos comissionados.

WASNY DE ROURE: Na minha concepção, Brasília deve ser a primeira referência da reformulação do conceito do Estado e a relação com o cidadão, principalmente na perspectiva da reconstrução da cidadania do homem brasileiro.

MARCOS VINÍCIUS: Eu acho que é preciso resgatar Brasília como pôlo de desenvolvimento de uma região.

WASNY DE ROURE: Na minha concepção, Brasília deve ser a primeira referência da reformulação do conceito do Estado e a relação com o cidadão, principalmente na perspectiva da reconstrução da cidadania do homem brasileiro.

TIFFANY: Eu digo que Brasília deve procurar ser aquilo que duzentos anos de luta de pensamento progressista pretendem ram que aí fosse: o lugar de onde brotaria uma nova civilização, mais justa, nacional e digna do esforço que a nação inteira fez sobre ela.

GZM: O que é preciso fazer para legitimar Brasília como capital?

ARRUDA: Foram colocados aqui dois conceitos: pôlo de desenvolvimento regional e reformulação do conceito de cidadania e do Estado perante a sociedade. Estas duas coisas, ainda que diferentes, se somadas, podem fazer com que Brasília cumpra a sua missão. A capital do País não deve ser apenas organizadora da sociedade, mas elemento de modificação das estruturas sociais.

GZM: O PT entende que é preciso enfrentar um problema, já que como boa parte dos eleitores deste partido é do funcionalismo público e possui então a expectativa de um "casamento" mais generoso?

WASNY DE ROURE: O nosso compromisso, naturalmente, não é apenas com o nosso eleitorado, com os funcionários públicos, mas com toda a sociedade. E, sobretudo, advindo de decisão judicial, nós vamos tentar encaminhar da melhor forma possível.

GZM: Há que é preciso enfrentar isso com a capacidade de quem administra uma cidade, de diálogo, mas também de firmeza quanto à liberação de recursos.